



**Procedimento concursal comum para recrutamento de 1 Técnico Superior com contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo incerto com licenciatura em Economia ou Gestão ou outra considerada adequada para a função (referência A) para o Departamento de Fundos Comunitários, Ordenamento do Território e Sustentabilidade**

**Ata n.º 1**

**MÉTODOS DE SELEÇÃO e AVISOS DE ABERTURA**

Aos 26 dias do mês de fevereiro de 2025, pelas 14h00 horas, reuniu na sede da AMAL, o Júri, constituído pelo presidente, Sérgio Inácio, Diretor de Departamento de Fundos Comunitários, Ordenamento do Território e Sustentabilidade, pela 1.ª vogal efetiva, Dina Pereira, Chefe de Equipa Multidisciplinar pertencente Departamento de Fundos Comunitários, Ordenamento do Território e Sustentabilidade, que substitui o presidente nas suas faltas e impedimentos e, pela 2.ª vogal efetiva, Noélia Ramos, Diretora de Departamento de Administração e Serviços Partilhados, designado por Despacho do Primeiro-Secretário, datado de 17/02/2025, para definir os métodos de seleção e elaborar os Avisos de Abertura a utilizar no Procedimento concursal comum para celebração de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo incerto, para ocupação de 1 posto de trabalho previsto e não ocupado no mapa de pessoal da Comunidade Intermunicipal do Algarve (AMAL), para o exercício de funções de correspondentes ao conteúdo funcional de técnico superior na área da gestão dos fundos comunitários, no Departamento de Fundos Comunitários, Ordenamento do Território e Sustentabilidade.

No âmbito das competências legalmente previstas no artigo 9.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro (doravante, apenas Portaria), compete ao júri fixar os parâmetros de avaliação, a sua ponderação, a grelha classificativa e o sistema de valoração final dos métodos de seleção a aplicar no presente procedimento concursal.

Os métodos de seleção a aplicar aos candidatos são, consoante a situação dos candidatos, nos termos do Despacho do Sr. Primeiro-Secretário e nos termos do artigo 36.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e artigo 17.º da Portaria:



Prova de Conhecimentos (PC) na forma escrita e Avaliação Psicológica (AP) como métodos obrigatórios, a que acresce o método de seleção facultativo previsto no n.º 4 do artigo 36.º da LTFP, conjugado com o n.º 2 do artigo 18.º da Portaria, Entrevista de Avaliação de Competências (EAC).

A fixação dos parâmetros de avaliação, a sua ponderação, a grelha classificativa e o sistema de valoração final dos métodos de seleção a aplicar constam de forma detalhada do anexo que faz parte integrante desta Ata - **ANEXO 1**.

O júri elaborou o extrato de Aviso de abertura do procedimento concursal a publicar em Diário da República, que faz parte integrante desta Ata como anexo - **ANEXO 2**.

O júri elaborou, ainda, o Aviso de Abertura integral a ser publicado na Bolsa de Emprego Público, que faz igualmente parte integrante desta Ata como anexo - **ANEXO 3**.

Nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a reunião da qual se lavrou a presente Ata que depois de lida e aprovada, por unanimidade, vai ser assinada pelos presentes.

Presidente:



1.ª Vogal Efetivo:



2.ª Vogal Efetivo:

